

notícias da **FEDERAÇÃO**



Directora: Manuela Teixeira

Jornal da FNE Ano XII - nº1 Janeiro de 2001 Preço: 100\$00 Bimensal

Acordo dos Concursos:

um pequeno passo num longo caminho a percorrer



Dirigentes Sindicais reclamam em Nice



A **Europa** tem que ser **coesão** e **solidariedade**

Notícias da Federação

Jornal da FNE
Ano XII - Nº 1 Janeiro 2001

Preço : 100\$00

Periodicidade
Bimensal

Proprietário:
Federação Nacional dos Sindicatos da Educação

Directora:
Maria Manuela Teixeira

Colaboradores:
João Dias da Silva
Paula Borges

Design Gráfico:
Paula Melo

Sindicatos Membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte
Sindicato dos Professores da Zona Centro
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa
Sindicato Democrático dos Professores do Sul
Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas
Sindicato dos Delegados e Subdelegados Escolares
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Norte
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Centro
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Sul e Regiões Autónomas

Impressão:
Tipografia Nunes

Redacção:
Rua Pereira Reis, 399 - 4200 Porto

Distribuição:
FNE

Registo na D.G.C.S.
Nº 115519

Nº Depósito Legal
53657/92

Tiragem:
50 000

Preparação do Congresso da FNE

Na sequência da marcação do Congresso para os próximos dias 26 e 27 de Abril, os órgãos da FNE têm promovido várias reuniões para debater as propostas a apresentar aos associados sobre os temas de decisão a assumir no Congresso.

Assim,

- a Secretária Geral dialogou com os Presidentes de todos os Sindicatos tendo em vista estabelecer as bases de um entendimento comum sobre as propostas de alteração estatutária a promover e solicitou por escrito a todos os membros dos Secretariados Especializados contributos para o Plano de Acção;
- realizaram-se já as seguintes reuniões especiais de reflexão e debate : Comissão Permanente, no dia 17 de Janeiro no Porto e Secretariado Executivo, no dia 24 de Janeiro, em Coimbra.

Na sequência destas reuniões foram elaboradas as primeiras propostas a enviar aos membros do Secretariado Nacional que reunirá no dia 8 de Fevereiro para aprovar as propostas que serão submetidas ao Congresso.

As propostas finais serão publicadas no jornal da FNE que será distribuído até ao início de Março para propiciar a todos a mais ampla participação.

Notícias do ISET

O ISET acaba de comprar uma nova casa para poder desenvolver a sua acção que não tem parado de crescer. O novo edifício faz gaveto entre a R. Costa Cabral e a R. Júlio de Matos. Os serviços continuam na casa inicial e o novo edifício destina-se prioritariamente para funcionamento de aulas e de actividade de investigação. Esperamos com este novo espaço criar novas condições para a concretização do nosso sonho.

Durante o ano 2001 a actividade de leccionação do ISET desdobra-se pelas Licenciaturas de Educação, (variante de Administração Escolar, Animação Sócio-Cultural, Animação e Gestão da Formação e Orientação Educativa. a decorrer no Porto, Coimbra, Évora e Lisboa), pela Formação Especializada em Orientação Educativa (a decorrer em Bragança, Mirandela e Porto) e por Formação Contínua que organizaremos em diferentes cidades da Grande Lisboa, da Zona Centro e no Porto.

Neste jornal daremos informação sobre o Programa de Formação Contínua de 2001. Nos números seguintes do Notícias da Federação daremos mais informação quer sobre a Formação Especializada quer sobre as Licenciaturas em Educação.

Um **novo século**, um **novo milénio** e uma **redobrada vontade de Vencer**

Concluímos o ano 2000 com alguns acordos e vários impasse negociais. Entramos no novo ano, no novo século e no novo milénio com novos desafios e a mesma inquebrantável vontade de os ultrapassar.

O balanço do século XX é, por um lado, um balanço de guerras e de destruição, uma destruição que parece não querer terminar. Mas é, também, um balanço de construção de direitos : **o século XX foi o século do movimento sindical**, da generalização da democracia no mundo ocidental; o século do nosso 25 de Abril, o século em que se reconhece o direito universal à Educação, foi o século em que nasceu e se fez adulta a nossa Federação...

O século XXI coloca-nos novos desafios.

A **FNE** prepara neste momento o seu Congresso, no qual devemos traçar a linha de rumo para o futuro. Vemos no processo de preparação do Congresso uma grande oportunidade de reflexão sobre o que temos sido e, simultaneamente, de um debate aprofundado sobre o que queremos para o nosso futuro.

É o tempo da participação por excelência já que **é no Congresso que reside o poder de definição das orientações da Federação.**

Depende de todos e de cada um de nós a definição dessas orientações. É isso que espero de todos e é esse o convite que aqui vos deixo.

O próximo jornal trará as nossas propostas para esse futuro. Mas elas são propostas abertas, colocadas em discussão entre todos os trabalhadores da Educação. Só estes, através do debate que fizerem e dos delegados que elegerem, poderão determinar o nosso futuro colectivo.

Espero que todos possam dizer PRESENTE.

Manuela Teixeira

Impasse nas negociações do CCT para os trabalhadores das IPSS

Volvidos que são mais de dois anos sobre a grande vitória que foi a da negociação e publicação de um Contrato Colectivo para os trabalhadores das IPSS, encontramos-nos de novo face a um impasse nas negociações.

O processo que desembocou na assinatura em 2 de Dezembro de 1998 do primeiro Contrato Colectivo para o sector, foi um processo moroso e complexo que sofreu ao longo de dois anos paragens, retrocessos, retomas e progressos. O processo de actualização salarial e de clausulado desde essa data tem-se mostrado cheio de escolhos.

O ano de 1999 foi um ano de impasses, de demoradas negociações tendo-se esgotado sem publicação oficial de uma tabela salarial para os trabalhadores docentes e não docentes.

O ano de 2000 foi um ano bem mais complexo. As propostas apresentadas pela União das Instituições Privadas de Solidariedade Social (UIPSS) eram propostas que pretendiam regressar a um passado pré contrato Colectivo. A divisão de tabelas para trabalhadores docentes e não docentes foi posta em causa pelo grupo negociador da UIPSS e as verbas aventadas completamente insuportáveis. Foi um ano que redundou em ruptura negocial não tendo sido possível chegar a qualquer Acordo.

A **FNE**, que o diálogo e a concertação, procurou encontrar uma solução que permitisse o retorno às negociações pressionando a Direcção da União.

Após meses de aturados esforços a negociação foi retomada no mês de Setembro. A UIPSS apresentou uma proposta que estava longe de ser aceitável mas tinham-se iniciado negociações que dependiam, com especial incidência para o grupo dos educadores de infância, do acordo que seria, em breve, assinado entre o Governo e as Uniões.

A segunda reunião do último trimestre de 2000 nunca chegou a ocorrer. No dia 23 de Setembro, dia apazado para a reunião negocial, as Uniões, assinam com o Governo um protocolo que define quais os valores a serem entregues a estas Instituições.

Adiada que foi a reunião negocial esperaram as organizações sindicais por marcação de novo encontro. Como a marcação não chegava através da equipa negocial das UIPSS, a secretária Geral da **FNE**, Manuela Teixeira, contacta o Presidente da UIPSS mais do que uma vez para o retorno à mesa negocial. As suas diligências, várias, revelaram-se infrutíferas. Ultrapassados todos os prazos razoáveis e mesmos os previstos na lei viu-se a **FNE** forçada a recorrer ao pedido de conciliação ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Deste facto deu conhecimento ao Presidente da UIPSS.

Em 29 de Dezembro a **FNE** recebeu uma proposta da UIPSS que, para além de uma alteração pontual a dois artigos do clausulado no que respeita a matérias salariais, contempla exclusivamente os anos de 1999 e 2000.

Impasse nas negociações do CCT para os trabalhadores das IPSS

Relativamente aos Educadores de Infância era apresentada uma proposta de equiparação aos salários do Ensino Particular fazendo-se depender a sua execução de autorização do Ministério da Educação.



A reunião negocial é marcada para três de Janeiro, tendo nessa altura mesmo explicitado a FNE e os restantes sindicatos da UGT que constituem a mesa negocial sindical que não entendiam viável acordar e publicar salários no ano de 2001 que não dissessem respeito também ao ano de 2001.

Do que foi dito na reunião e da posição dos Sindicatos foi dado conhecimento escrito ao Presidente da UIPSS. A seguir se transcrevem trechos do texto enviado:

“Face à proposta apresentada pela União e discutida na reunião de 3 de Janeiro, cabe-nos informar do seguinte:

1. *Entendem os Sindicatos que não é possível assinar qualquer acordo com a UIPSS que não contemple desde logo os valores dos vencimentos dos trabalhadores não docentes, docentes e educadores de*

infância para o ano 2001.

2. *Entendem os Sindicatos que no sentido de concretizar o ponto anterior existe a necessidade de se estabelecer um calendário negocial que permita a negociação e acordo de cláusulas pecuniárias e vencimentos para 2001, até ao dia 31 de Janeiro de 2001, por forma a que, nesse mesmo dia, possa ser enviado para publicação o acordo, se existir, sobre as referidas matérias.*

3. *A negociação do clausulado deverá ser calendarizada para que no mais curto espaço de tempo possível possa ser feita a revisão do mesmo por forma a que durante a primeira metade do ano 2001 se possa chegar a acordo e proceder à sua publicação.*

4. *Assim, os Sindicatos aguardam da parte da União a apresentação de proposta de calendário negocial e de actualização de cláusulas pecuniárias e salariais para 2001.*

5. *O pedido de suspensão da eficácia da conciliação será efectivado no caso de recebermos uma resposta positiva que permita o reinício efectivo das negociações.”*

Na data em que se fecha este Jornal continuamos a aguardar a resposta da UIPSS. **Preparemo-nos para agir!**

O Acordo dos Concursos : um pequeno passo num longo caminho a percorrer

A **FNE** tem sido a organização sindical que mais consistentemente tem defendido a estabilidade do corpo docente ao longo de toda a história do movimento sindical docente em Portugal.



Desde 1982, data da constituição da Federação, até 2001 não paramos de **lutar** e de **construir acordos** que dessem aos professores novas garantias de estabilidade de emprego e de direito à carreira.

Contra colocações feitas nas escolas, com lugares guardados para amigos e afilhados, lutamos por concursos transparentes.

Quando as Universidades começaram a colocar no Sistema directamente professores profissionalizados - pondo em perigo os lugares dos licenciados cuja licenciatura não integrava a profissionalização -, conseguimos criar a figura do professor do quadro de nomeação provisória, invertendo o ciclo “**profissionalização → acesso aos quadros**” pelo ciclo “**ingresso nos quadros → profissionalização**”. Isto ficou consagrado em **1985**

Contra a precaridade do vínculo laboral, lutamos pelo alargamento dos quadros até garantir que cada horário completo se transformasse num lugar de quadro;

Sentindo todo o drama dos professores contratados anualmente construímos a figura dos quadros de zona pedagógica e distritais de vinculação, permitindo a estabilização a muitos docentes que não poderiam ter um lugar no quadro de escola. Estas duas medidas permitiram, em **1988**, a efectivação de mais de 22000 professores dos vários ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

Reconhecendo que, com o passar dos anos estas medidas já não eram suficientes celebramos com o Governo anterior um Acordo que previa a criação de mais 15 000 novas vagas.

A análise que fizemos aos concursos nos dois últimos anos indicaram que o Governo não está a cumprir o acordo celebrado e por isso reivindicamos **mais clareza na decisão sobre as vagas**. Por outro lado, a diminuição evidente do número de vagas a concurso tornou particularmente penoso o processo



O Acordo dos Concursos : um pequeno passo num longo caminho a percorrer

de concursos dos professores contratados na terceira fase.

Impunha-se uma solução para que alertamos o actual Ministro na primeira reunião que com ele tivemos depois da sua posse.

Face às propostas feitas pelo Ministério da Educação relativamente aos concursos dos professores tomamos uma atitude forte de rejeição da maioria dessas propostas.

Através de uma negociação empenhada, de troca de propostas e de muito, muito diálogo, foi possível chegar a um acordo mínimo com o Ministério.

O que obtivemos não foi um bom acordo, como tivemos ocasião de referir no momento da sua celebração. **O que obtivemos foi um pequeno acordo que deixa em aberto os problemas principais.**

Podem, então, os professores perguntar-se por que razão celebramos este acordo. Mas a razão é muito simples: reconhecendo que este é um pequeno passo, reconhecemos que algumas centenas, talvez milhares, de professores vão ter benefícios nos próximos concursos. Foi por causa deles e em seu nome que entendemos celebrar este Acordo.

Com ele obtêm-se algumas medidas há muito reivindicadas pelos professores, como é o caso da revogação do limite de 20 valores para o cálculo da graduação profissional ou o caso da eliminação da condição de ter prestado serviço no ano anterior num mínimo de 180 dias para acesso aos quadros de zona pedagógica.

Com este acordo os professores contratados terão mais facilitados os concursos da terceira fase evitando-se-lhes as “peregrinações anuais” por todo o país à procura de uma vaga.

Mas este acordo não garante, ainda, uma

forma mais correcta de apuramento de vagas nem garante um crescimento de vagas que corresponda às necessidades de uma escola que deve hoje dar resposta a novos problemas e a novas exigências.



A assinatura que apusemos ao Protocolo de Acordo, que se transcreve nas páginas seguintes, não assinala o termo de um processo negociado nem nos vincula a uma atitude de complacência com o Governo.

Este Acordo não é mais do que um pequeno passo num longo caminho a percorrer.

Estaremos atentos à sua implementação e acompanharemos com muita atenção os resultados do concurso para 2001-2002.

Queremos prosseguir na via do diálogo e da negociação, mas os próximos passos devem ser mais longos. É isso que esperamos do Ministro da Educação e do apoio que os nossos associados sempre nos dão quando chega a hora de lutar!

Manuela Teixeira

Os Concursos dos Professores e a Procura da Estabilidade

Acordo celebrado entre o Ministério da Educação e a FNE

PROTOCOLO DE ACORDO

Entre o Governo, representado pelo Ministro da Educação e a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, representada pela Secretária-Geral, e marcando o início de um processo negocial de revisão mais global que articule as necessidades do sistema educativo e os direitos dos educadores e professores, é assinado o presente protocolo de acordo relativo à revisão da disciplina do recrutamento e mobilidade dos educadores e professores do ensino básico e do ensino secundário:

1. O recrutamento a efectuar para o ano escolar de 2001/2002 far-se-á com as alterações seguintes:
 - a) revogação do limite de 20 valores para o factor tempo de serviço docente no cálculo da graduação profissional e ou na docência;
 - b) antecipação da data de colocação, por afectação, dos educadores e professores do 1º ciclo do ensino básico, para 31 de Julho;
 - c) eliminação da condição de os opositores ao concurso para quadros de zona pedagógica terem prestado no ano lectivo anterior o mínimo de 180 dias de serviço, em horários não inferiores a 12 horas semanais;
 - d) fixação da data de aceitação dos lugares para 8 dias úteis após a data da publicitação das listas de colocação na 1ª parte do concurso;
 - e) previsão do envio por correio das candidaturas à fase regional e a desistência por correio ou telecópia.
2. O Ministério da Educação, mediante orientações às diferentes estruturas administrativas, na fase regional dos concursos para o 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, assegurará:
 - a) que as direcções regionais de educação e os centros de área educativa disponibilizem no mesmo dia os horários existentes;

Os Concursos dos Professores e a Procura da Estabilidade

Acordo celebrado entre o Ministério da Educação e a FNE

- b) a diversificação dos locais de consulta dos horários, das listas provisórias de graduação dos opositores ao concurso e a publicitação das colocações nos mesmos dias e nos mesmos locais;
 - c) que, os horários incompletos dos professores colocados por concurso regional, serão acrescidos ou completados, no caso de aparecimento de horas no mesmo grupo disciplinar, seguindo-se as mesmas prioridades do concurso a que estes professores foram opositores;
 - d) que todos os mecanismos de mobilidade de docentes operada pelos serviços do Ministério da Educação se processe em prazos compatíveis com a declaração, em tempo útil, dos horários vagos deles resultantes.
3. Reconhecimento mútuo da necessidade de concretizar plenamente o princípio segundo qual, quer no levantamento das vagas dos quadros de escola, quer na determinação dos horários disponíveis na segunda parte do concurso para 2001/2002, devem ser contabilizadas quer as horas de leccionação, quer as horas equiparadas a lectivas para o efeito de actividades de articulação curricular, direcção de turma, coordenação pedagógica e apoio ao sucesso educativo.
4. No quadro de aprofundamento da revisão do regime de recrutamento e mobilidade a fazer-se para o ano 2002/2003, é declarado desde já o acordo à abertura do acesso aos quadros de zona pedagógica a todos os candidatos portadores de qualificação profissional para a docência, sem requisito prévio do tempo de serviço, estudando-se no âmbito do processo negocial, a prosseguir, a ordem de prioridades a ter em conta.

Ministério da Educação, 21 de Dezembro de 2000

O Ministério da Educação

A Secretária-Geral da Federação
Nacional dos Sindicatos da
Educação

Agulha Santa, Sr/a

A Formação Contínua no ISET

No ano 2000 o ISET realizou 38 turmas de seis acções nomeadamente: Envolvimento Parental na Escolaridade do Aluno e Promoção do Sucesso Educativo, O Director de Turma e a Comunicação, O Professor e a Indisciplina na Escola, Sala de Estudo: Ensinar a Estudar, Trabalho em Equipa na Escola e o Uso Pedagógico do Power Point.

Estas trinta e oito turmas realizaram-se em vários locais da Grande Lisboa, Zona Centro e Zona Norte, nomeadamente em Aveiro, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Espinho, Figueira da Foz, Gondomar, Guarda, Leiria, Almada, Porto, Seia, Sesimbra, Tomar, Vila Nova de Gaia, Vila Real e Viseu.

Face a esta receptividade decidiu o ISET prosseguir com um programa ambiciosos de Formação Contínua para o ano de 2001, tendo pedido financiamento ao Prodep III para as acções que a seguir se enunciam e respectivas zonas de realização:

Programa de Formação Contínua 2001

1. A internet na escola: Novo recurso pedagógico, a realizar no Porto
2. A participação na comunidade educativa na escola: projectos de escola, a realizar na Zona Centro
3. A utilização do Excell (folhas de cálculo) em contexto educativo, a realizar na Grande Lisboa, Zona Centro e Porto
4. Conceber novas ferramentas didacticas através do computador, a realizar na Grande Lisboa
5. Da pedagogia do projecto ao trabalho de projecto, a realizar no Porto
6. Da pedagogia do projecto ao trabalho de projecto, a realizar na Grande Lisboa e Porto
7. Envolvimento Parental na escolaridade do aluno e promoção do sucesso educativo, a realizar na Zona Centro e no Porto
8. Envolvimento Parental na escolaridade do aluno e promoção do sucesso educativo, a realizar na Zona Centro
9. O director de Turma e a comunicação, a realizar na Zona Centro e Porto
10. O processador de texto na sala de aula, a realizar na Grande Lisboa, Zona Centro e Porto
11. O Professor e a educação para a cidadania, a realizar na Grande Lisboa, Zona Centro e Porto
12. O professor e a indisciplina na escola, a realizar na Grande Lisboa e Zona Centro
13. O trabalho em equipa na escola, a realizar na Zona Centro
14. O uso Pedagógico do Power Point, a realizar na Zona Centro e Porto
15. Sala de estudo: ensinar a estudar, a realizar na Grande Lisboa, Zona Centro e Porto
16. Sensibilização ao uso do Excell para tratamento de fichas de alunos, a realizar na Zona Centro e no Porto

------(para envio da ficha recorte pelo picotado)-----

Ficha de Manifestação de interesse por Acções de Formação Contínua

Enviar para ISET, R. Pereira Reis 399- 4200 Porto

Se desejar receber informação directamente em sua casa sobre as acções que efectivamente se realizarão na sua região e assim poder inscrever-se atempadamente, envie junto a esta ficha um envelope selado a si dirigido

NOME _____

Morada _____

(código postal) _____ - _____ Telefone (residência) _____ Anos de serviço _____

Desejaria frequentar as acções: Indique o tema e a localidade onde desejaria frequentar

1ª opção _____ acção nº _____ Local _____

2ª opção _____ acção nº _____ Local _____

3ª opção _____ acção nº _____ Local _____

Ensino Particular -Perspectivas de acordo!

Como largamente foi noticiado, a **FNE** e a AEEP não chegaram a acordo, em Julho de 2000, relativamente às tabelas salariais para o ensino particular e cooperativo. Em Setembro, e tendo em conta o desenvolvimento da situação económico-social no nosso país, tentámos novamente abrir o processo negocial, não tendo tido êxito esta tentativa.

Considerando que nos assistia razão, apelámos para a intervenção do Ministério do Trabalho e Solidariedade, em sede de conciliação, para aí fazermos valer as nossas razões.

Assim, no seguimento do processo de conciliação por nós desencadeado, foi possível desbloquear o impasse em que tínhamos caído, propiciando condições para o desenvolvimento, em paz social, de um processo de negociação que envolva, quer os salários para 2001/2002, quer a revisão do próprio clausulado geral do Contrato Colectivo de Trabalho.

Nos termos da acta de encerramento do processo negocial, podemos destacar os seguintes aspectos positivos:

Para efeitos de determinação dos aumentos salariais em 2001/2002, a AEEP assumiu o compromisso de ter em conta “os desvios verificados em relação à inflação prevista para o ano 2000”, procedendo a “compensações em relação às categorias que sofreram perda do poder de compra”. Como é sabido, uma das razões que impediu a **FNE** de celebrar acordo no ano passado foi a verificação de que muitos trabalhadores iriam ter aumentos salariais inferiores à inflação, o que significava perda do seu poder de compra.

Deste modo, e com esta salvaguarda, garante-se a defesa destes Trabalhadores, permitindo que os

seus novos vencimentos partam da compensação das perdas sofridas, para, a partir daí, determinar os aumentos a vigorarem em 2001/2002.

Na mesma acta de encerramento do processo negocial de 2000, reassumimos a nossa reivindicação de que, no mais curto prazo de tempo possível (no máximo, na negociação de 2002), se obtenha a harmonização salarial entre os sectores público e privado. A AEEP registou que não deixará de ter em consideração a reivindicação sindical neste sentido.

Neste processo, a **FNE** inclui ainda a proposta de se agendar a discussão da antecipação para 1 de Setembro de cada ano dos novos vencimentos, em vez de 1 de Outubro, como tem vindo a acontecer. Esta era a data tradicional de entrada em vigor dos novos vencimentos do sector, e que correspondia também ao início do ano lectivo. Com a antecipação da abertura de cada ano para 1 de Setembro, faz todo o sentido que os novos vencimentos vigorem também a partir daí.

Mãis uma vez, lançámos para a acta, o que foi aceite pela AEEP, a reivindicação de que, no primeiro trimestre de 2001, se inicie o processo de revisão do clausulado geral do CCT, incluindo aqui uma profunda reestruturação das carreiras dos não docentes, procurando-se que se garanta a produção de efeitos já a partir da aplicação da próxima revisão salarial.

Em termos genéricos, este constituiu um processo positivo e que, sem dar resposta à totalidade das nossas pretensões, abre caminho ao desenvolvimento de um processo negociação que permita atingi-las.

João Dias da Silva

FNE Acusa Um Mau Acordo na Administração Pública

A **Federação Nacional dos Sindicatos da Educação** recusou-se a subscrever o acordo que outros sindicatos da FESAP celebraram com o Governo em matéria de definição de aumentos salariais para 2001.

Em declaração de voto que fez anexar à acta de conclusão das negociações, a **FNE** deixou expressa a sua posição.

“Considerando que no ano 2000 os Trabalhadores da Administração Pública sofreram as consequências da imposição de um aumento salarial que representou uma efectiva perda do seu poder de compra;

Considerando que o Primeiro-Ministro assumiu reiteradamente o compromisso público de fazer com que na definição dos aumentos salariais para 2001 os Trabalhadores da Administração Pública fossem compensados das perdas sofridas;

Considerando que se prevê para 2001 uma taxa de inflação superior à de 2000, como o referem, quer os estudos económicos do Governo português, quer outros estudos, bem mais severos, de outras entidades, e com números ainda superiores;

Considerando que o Governo mantém uma recusa em garantir que através dos aumentos salariais anuais se prossiga consistentemente uma política de aproximação dos salários dos Trabalhadores da Administração Pública portuguesa aos dos seus colegas europeus,

A FNE – Federação Nacional dos Sindicatos da Educação – não integrará o conjunto de sindicatos da FESAP que subscreve o presente acordo.”

Para a **FNE**, o enquadramento global para os aumentos salariais na Administração Pública em 2001 sofre de um vício a que este Governo nos vem acostumando e que consiste na sistemática desconsideração dos trabalhadores que são quadros.

Com efeito, se é certo que este acordo é aceitável para os Trabalhadores de mais baixos salários – com o que nos congratulamos – **não deixa de representar uma rude indiferença em relação à importância dos quadros técnicos e técnicos superiores.** Deste modo, a **FNE** não podia deixar de lamentar a completa falta de abertura do Governo para conseguir a celebração de um acordo que pudesse contemplar todas as situações.

Mais uma vez, na definição dos salários da Administração Pública em Portugal, **o Governo pôs em causa os seus quadros.** A secretária-geral da FNE, Manuela Teixeira, declarou na altura à Imprensa que **“um país que não trata bem os seus quadros não aposta no seu desenvolvimento”.**

No processo negocial, que na última sessão, no dia 7 de Dezembro, se desenrolou por cerca de sete horas, a **FNE** tudo fez para celebrar um acordo globalmente aceitável, tendo mesmo proposto a introdução de uma cláusula de salvaguarda. Nesta cláusula, prever-se-ia que, no caso de derrapagem de inflação em 2001, haveria correcção salarial. Ora, o Governo não aceitou esta proposta, tendo mesmo recusado que no acordo final ficasse estabelecido o princípio de que, no caso de a inflação em 2001 ultrapassasse os 3% se reabriria o processo negocial.

O aumento salarial em 2001 corresponde a um crescimento dos salários de 3,71%.

João Dias da Silva

Aspectos do Acordo para 2001

De seguida se apresentam alguns dos aspectos contidos no acordo da Administração Pública que têm particular interesse para os trabalhadores da educação, docentes e não docentes:

1. A actualização salarial anual e de outras prestações de carácter pecuniário relativas ao ano de 2001.

2. Compromissos em matéria não salarial a desenvolver durante o ano de 2001.

Quanto à actualização salarial anual e de outras prestações de carácter pecuniário relativas ao ano de 2001, as partes acordam nos valores constantes da tabela seguinte:

Actualização do valor dos índices 100 das tabelas salariais *	3,71 % a)
Valor do subsídio de refeição	680\$00
Aumento das comparticipações da ADSE	3,71 %
Aumento do valor das ajudas de custos em território nacional e no estrangeiro	3,71 %
Aumento do subsídio de viagem e marcha	3,71 %
Actualização das pensões de aposentação e sobrevivência	3,71 %

* Com arredondamento ao vencimento para a centena de escudos. Nenhum trabalhador ganhará menos que o salário mínimo nacional.
(a) – Aumento Mínimo de 3800\$00 para todos os trabalhadores da Administração Pública, sem exclusão de aprendizes, ajudantes e outras situações de pré-carreira, e de acordo com a tabela constante do Anexo 1.

Pensões Mínimas de Aposentação, Reforma e Invalidez e de Sobrevivência

Os valores das pensões mínimas de aposentação, reforma e invalidez e de sobrevivência, a que se refere o artigo 17º da Portaria 239/2000, de 29 Abril, são actualizados no ano 2001 em 4,2 %.

3. Emprego Público

O desenvolvimento de uma adequada política de emprego público que promova a dignificação do serviço público e a qualificação dos recursos humanos e uma eficaz gestão dos efectivos são objectivos claramente assumidos pelo Governo.

Nesse sentido está em processo de aprovação uma Resolução de Conselho de Ministros com os seguintes essenciais:

Em primeiro lugar, o da racionalização da evolução dos efectivos através da contenção do seu crescimento, da melhoria qualitativa do perfil da função pública e da simplificação dos procedimentos relativos ao descongelamento de novas admissões.

Em segundo lugar, o da criação de reservas de recrutamento nas carreiras gerais da Administração Pública, através de concursos centralizados, simplificando e agilizando, desta forma, os processos de selecção de pessoal.

Em terceiro lugar, o reforço da disciplina nas contratações de pessoal, a termo certo que, sem prejuízo da sua utilização nos termos da lei, claramente impeça a sua utilização para crescimento dos efectivos na Administração Pública.

Em quarto lugar, o da melhoria a operacionalidade do sistema de mobilidade geográfica, departamental e profissional de forma a que, com naturalidade, se aproveitem de forma eficaz os recursos humanos já existentes na Administração.

4. Dotações e quadros de pessoal

Todas as carreiras de regime geral, de regime especial e com designações específicas passam a ser de dotação global, a partir de 1 de Janeiro de 2001.

Os quadros de pessoal daquelas carreiras consideram-se automaticamente alterados a partir

Aspectos do Acordo para 2001

daquela data, não podendo o número de lugares ser superior ao número de lugares providos com um acréscimo de 10 %.

5. Carreiras horizontais

Aos funcionários providos actualmente em carreiras horizontais do regime geral e com designações específicas que possuam, pelo menos, 8 anos no último escalão da respectiva carreira, será atribuição, a título excepcional, a partir de Janeiro de 2001 um acréscimo remuneratório de 15 pontos indiciários, que se considera, para todos os efeitos legais, parte integrante do seu vencimento.

6. Sistema de fixação de quadros de pessoal

Será garantido o alargamento de forma progressiva a outros Serviços, no âmbito de aplicação do regime experimental em curso na ADSE e no INA, o regime de fixação anual de quadros, preferencialmente aos serviços que adiram ao regime experimental de autonomias controladas de gestão, cujo diploma será, em breve, apresentado aos Sindicatos.

7. Formação

Fixação do crédito para auto-formação, para as carreiras técnicas e técnica superior, de regime geral, em 100 horas anuais e em 70 horas anuais para as restantes carreiras de regime geral.

8. Férias

Institucionalização dos 25 dias úteis de férias para todos os trabalhadores a conceder de forma progressiva nos seguintes termos

Ano 2001 – 23 dias

Ano 2002 – 24 dias

Ano 2003 – 25 dias

Este período de férias não prejudica os dias adicionais de férias actualmente em vigor, não podendo

contudo ser gozadas de modo contínuo por um período superior a 22 dias de férias, com salvaguarda dos direitos adquiridos pelos trabalhadores.

9. Ajudas de Custo

a) Regulamentação, durante o 1º trimestre de 2001, do artº 8º do Decreto-Lei n.º 106/98, por forma a tornar exequível o princípio do pagamento integral das despesas de alojamento.

b) É garantida a equiparação a funcionários dos trabalhadores não vinculados, para efeitos de atribuição de ajudas de custo.

10. Subsídio de Risco, Penosidade e Insalubridade

O Governo está a ultimar o processo de clarificação dos critérios de atribuição dos suplementos de risco penosidade e insalubridade nos termos do Decreto-Lei n.º 53-A/98, que, em breve, será apresentado aos Sindicatos, até ao fim do primeiro semestre de 2001.

11. Trabalho por Aposentados

O Governo está disponível para adoptar mecanismos que restrinjam, aos aposentados, a possibilidade do exercício de funções públicas.

12. Regime de Jornada Contínua e de Horários Flexíveis

O Governo afirma a sua disponibilidade para promover uma alteração legislativa no regime da jornada contínua e de flexibilidade de horários no sentido de permitir a sua adopção para efeitos de assistência a ascendentes que careçam, comprovadamente, de acompanhamento familiar e de participação de trabalhadores da AP em organizações e associações de reconhecido interesse público.

Será apresentada aos Sindicatos a correspondente proposta legislativa durante o 1º trimestre de 2001.

Por uma **Europa Social** Dirigentes Sindicais manifestam-se em Nice **UGT Presente**

No passado dia 6 de Dezembro cerca de setenta mil trabalhadores europeus vindos dos quatro cantos da Europa - de Portugal à Polónia - reafirmaram em uníssono, num dia chuvoso de Nice, que lutam por um emprego com qualidade e sem discriminações.

Entre os setenta mil manifestantes a presença da UGT de Portugal fazia-se sentir. Desta participação e do "diário de bordo" dos cerca de duzentos trabalhadores que representaram Portugal, na Manifestação Europeia de Nice queremos dar-vos um pequeno relato.

Dia 6 de Dezembro, 3H30 da manhã - O encontro previsto no Aeroporto da Portela em Lisboa para embarque no avião, especialmente fretado para o efeito.

Lá estavam em pequenos ou grandes grupos os representantes dos diferentes sectores de actividade em Portugal que a UGT representa.

3H45 - O nosso grupo - o dos cerca de setenta que representam a FNE - já está todo reunido. O João Dias da Silva e os dirigentes do SPZN, o José Ricardo e os dirigentes do SPZC, o Luís de Melo e todos os dirigentes que representam a FNE e que não estão directamente filiados na UGT (são membros através da FNE). Já vemos na Delegação da FNE o SDPGL liderado pela sua Presidente, a Conceição Alves Pinto, o SDPSul liderado pela Presidente, a Rita Manso, o SINDLEP tendo à frente o presidente Aires Lopes, logo a seguir a delegação do STAAE ZN, do STAAE Centro de que se destaca o Presidente João Ramalho e do STAAESul e Regiões Autónomas.

Mas onde está a Secretária Geral, a Manuela Teixeira? Ei-la que aparece e que se tem de dividir entre as duas delegações em que orgulhosamente participa, a da FNE e a da UGT, dado que é a sua Presidente.

4H15 - Agora sim, depois de um compasso de

espera os altifalantes anunciam o embarque do nosso voo com destino a Nice.

5H00 - Já levantamos e por esses ares fora, atravessando Portugal e Espanha cá vamos a caminho de Nice.

Todos temos a convicção de que é necessário dizer alto, para que os líderes dos Governos europeus nos ouçam, que a construção europeia tem de ser centrada nas pessoas e não nos mercados, que **a Europa tem que ser coesão e solidariedade.**

7H30/8H30 - Alguma confusão, ainda, por causa do fuso horário. Já chegámos e estamos nas camionetas que nos levam a caminho do centro onde vamos manifestar-nos.

9H00 - Estamos já no local de concentração. As capas identificadoras da UGT, os lenços da FNE, os bonés estão a ser vestidos e colocados. Não passamos despercebidos. A cor vermelha sangue que tão bem marca o sindicalismo é o campo de flores em que nos transformámos.

Depois de todos reunidos são acertados os



Por uma **Europa Social** Dirigentes Sindicais manifestam-se em Nice

UGT Presente

últimos pormenores e é o tempo de preparação para a Manifestação que terá início por volta da uma da tarde.

12H00 – O céu que até à pouco se tinha mantido grisalho abriu-se naquela chuva miudinha, pequena que nos entra por todos os lados, que impiedosamente nos encharca até à medula. Estamos já nos nossos postos, logo atrás da delegação que inclui o Secretário Geral da CES – Confederação Europeia de Sindicatos – e da delegação Belga. É tempo de esperarmos pela nossa vez de avançar.

13H00 – Partimos. A música, os gritos das palavras de ordem fazem-se ouvir. Nice está apinhada de gente vinda de toda a parte para desfilar. É a Torre de Babel das línguas europeias.

Todos dizemos que a Carta dos Direitos Sociais Fundamentais não pode ser uma mera declaração política. Todos afirmamos que a Carta



tem de ser melhorada no capítulo dos direitos sociais transnacionais e integrada no Tratado da EU.

A Reforma dos Tratados em Nice não se pode preocupar apenas com questões institucionais, antes tem que definir processos para uma Europa com cada vez maior dimensão social alargando a toda a área social o voto por maioria qualificada. Deve ser aprovada uma Agenda Social, que reforce o diálogo e a negociação a nível europeu e que abra caminho a uma cada vez maior regulação social.



Todos reafirmamos a nossa convicção de que a Europa dos Cidadãos tem que alargar o direito à participação, o direito de informação e consulta para os trabalhadores. A todos dizemos da nossa luta por uma Europa de Pleno Emprego, que combata a pobreza e a exclusão, que promova a coesão económica e social, que combata as discriminações e as desigualdades.

17H00 – Caminhamos durante cerca de quatro horas, percorremos cerca de dez quilómetros. Estamos cansados, as pernas já fraquejam. Fica-nos o gosto na boca de tudo o que aqui viemos dizer. A preocupação nas nossas mentes de que a nossa mensagem tenha chegado aos Governantes. Terá?

Voltemos aos autocarros.

20H00 – Os altifalantes chamam por nós de novo. Desta vez em francês anunciando o regresso a casa de cerca de duzentos trabalhadores cansados mas felizes. Felizes porque reafirmaram que desejam e querem construir solidariamente uma Europa social com Direitos Fundamentais.

10 de Dezembro - Afinal parece que os Governos não nos ouviram. A carta Social não integra o Tratado. Os sindicalistas sabem que as lutas são grandes mas não desistem porque o futuro é dos trabalhadores.

Paula Borges